



AZ@BXL

Número: 323

Data: 2024.07.05

No título: [Lajedo - Fajã Grande PR02FLO](#)

Nota: A *série atual percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). A trigésima sexta edição aventura-se pelo trilho da “Lajedo - Fajã Grande PR02FLO”, na ilha das Flores. Este trilho inicia-se na freguesia do Lajedo, passa pelas freguesias do Mosteiro e da Fajãzinha e termina na Fajã Grande. Acompanhando os desníveis dos declives vulcânicos existentes entre as várias freguesias, durante o percurso, é possível encontrar diversas espécies de flora da Laurissilva e observar várias espécies de aves. O trilho percorre, também, parte da Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa Sul e Sudoeste e da Área de Paisagem Protegida Zona Central e Falésias da Costa Oeste.*

Inicie o trilho no interior da freguesia e siga as marcas ao longo da estrada até ao miradouro com vista sobre o Ilhéu do Cartário. Continue por um caminho empedrado na direção norte, passando por um miradouro à esquerda com vista para os ilhéus da freguesia do Mosteiro e a Rocha dos Bordões à direita, uma formação geológica caracterizada pelas enormes colunas basálticas verticais. Atravesse a freguesia dos Mosteiros e continue na estrada, passando por locais outrora habitados como a Caldeira. No topo da colina, do Miradouro do Portal, pode ver ao longe as freguesias da Fajãzinha e da Fajã Grande.

Desça por um caminho de terra, atravesse o interior da Fajãzinha e opte por um caminho de terra paralelo à Ribeira Grande até chegar à estrada. Siga pela esquerda sem deixar de visitar uma azenha datada de 1862, ainda em funcionamento. Cerca de 500 metros à frente, existe um desvio à direita para o Poço da Ribeira do Ferreiro, um dos cartazes turísticos da ilha. Após o desvio, continue para a direita por um caminho de terra, ao longo da base da falésia, de acesso a pastagens e campos de cultivo. Percorra os últimos metros ladeado de antigos muros de pedra até chegar ao fim do percurso junto à zona balnear da Fajã Grande, local onde é possível refrescar-se nas águas do Atlântico.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

DESTAQUES



[Violas da Terra dos Açores com certificação nacional e europeia IG](#)

[Hungria assume a Presidência do Conselho da União Europeia](#)

[Quinto pedido de pagamento apresentado por Portugal ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#)

[Relatório de 2024 da Comissão Europeia sobre o estado da Década Digital](#)

[“Reconhecimento das qualificações profissionais na UE: mecanismo essencial, mas de utilização reduzida e incoerente”, diz TCE](#)

[Batata-doce da Madeira inscrita no registo das denominações de origem protegida da UE](#)



Até 8 de julho



Comissão lança um programa de formação destinado a estudantes de jornalismo e a jovens jornalistas para que aprendam todos os aspetos da política de coesão

A Comissão Europeia abriu um período de candidatura para a **8.ª edição do Youth4Regions**, um programa destinado a aspirantes a jornalistas. O programa oferece aos estudantes de jornalismo e aos jovens jornalistas uma semana de aprendizagem em Bruxelas, em outubro de 2024, durante a qual os candidatos selecionados participarão em sessões de formação, serão orientados e trabalharão com jornalistas mais experientes na redação e visitarão várias instituições da UE e organizações de comunicação social.

As candidaturas são aceites em três categorias (jornalismo geral, fotojornalismo e videojornalismo) e devem ser apresentadas por estudantes de jornalismo e jovens jornalistas dos Estados-Membros da UE, dos países vizinhos e dos países em vias de adesão. Os trabalhos vencedores serão também considerados para o prestigiado [Prémio Megalizzi - Niedzielski](#), que será entregue em 9 de outubro de 2024 em reconhecimento do trabalho excepcional dos jovens jornalistas.

Youth4Regions é a iniciativa emblemática da Comissão para promover o crescimento de estudantes de jornalismo e jovens jornalistas, proporcionando-lhes uma exposição direta à UE. Desde a sua criação em 2017, **mais de 210 pessoas** de toda a Europa concluíram o programa, beneficiando das suas experiências enriquecedoras e conhecimentos valiosos. O formulário de candidatura e as condições de participação estão disponíveis no sítio [Web do programa](#). O **período de candidatura permanece aberto até 8 de julho de 2024**. A Comissão cobrirá todos os custos do programa para os participantes.

9 de julho



Promover a mobilização de programas geridos direta e indiretamente pela UE nas Regiões Ultraperiféricas

O Ministério do Interior e do Ultramar francês (DGOM), a DG REFORM da Comissão Europeia e a OCDE estão a organizar um Webinar sobre "Promover a mobilização dos programas da UE em gestão direta e indireta nas Regiões Ultraperiféricas". O objetivo deste encontro é **discutir as boas práticas** identificadas e **permitir um intercâmbio de experiências** entre as regiões das Canárias, dos Açores e da Madeira e as RUP francesas, através de três temas: como melhorar a informação sobre os PGDI para

os promotores de projetos nas RUP; como coordenar os diferentes atores a nível europeu, nacional e regional para melhorar a mobilização dos PGDI; como podemos apoiar melhor os promotores de projetos nas regiões ultraperiféricas para reforçar as suas capacidades de engenharia de projetos e permitir-lhes encontrar financiamento adicional. Este Webinar reunirá atores das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, bem como atores nacionais e representantes da Comissão Europeia. Será interpretado em francês, espanhol e português. [Inscrições aqui](#).

15 de julho



Conselho (Agricultura e Pescas)

A Presidência húngara [fará](#) uma apresentação **pública** do seu programa de trabalho, delineando as principais **prioridades** no domínio da agricultura e das pescas para o próximo semestre. Com base nas informações da Comissão Europeia, os ministros da Agricultura debaterão **questões agrícolas relacionadas com o comércio**, um tema recorrente na ordem do dia do Conselho.

O Conselho realizará um debate especificamente consagrado às formas de melhorar a **viabilidade a longo prazo das zonas rurais**, com destaque para a **renovação geracional** e os **aspetos demográficos**. Entre os pontos «Diversos» da ordem do dia, a Presidência húngara prestará publicamente ao Conselho informações relativas aos resultados do fórum político BIOEAST sobre a promoção da investigação e da inovação na Europa Central e Oriental, realizado em Bruxelas em 4 de julho de 2024.

16 a 19 de julho



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

Os parlamentares europeus [estarão](#), entre os dias 16 e 19 de julho, reunidos em Estrasburgo, pela primeira vez nesta legislatura (2024/2029), para a sua investidura, na sequência das eleições que decorreram entre 6 e 9 de junho de 2024 para o Parlamento Europeu. Deverá ainda decorrer a votação para a reeleição da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, nome [proposto](#) pelo Conselho Europeu, no passado dia 27 de junho de 2024, para candidata ao cargo de presidente do executivo comunitário.

Até 21 de julho



Consulta pública relativa à revisão do regulamento de *minimis* para o setor agrícola

A Comissão Europeia abriu uma [consulta pública](#) relativa à [revisão do Regulamento de *Minimis* para a agricultura](#). Todas as partes interessadas podem responder à consulta pública até 21 de julho de 2024. O Regulamento *de Minimis* no setor agrícola isenta os auxílios de montante reduzido do controlo dos auxílios estatais, uma vez que se considera que não têm impacto na concorrência e no comércio no mercado único. Na sequência da sua última [revisão, em 2019](#), os Estados-Membros podem atualmente conceder apoio ao setor agrícola até 20 mil euros por beneficiário, durante um período de três exercícios fiscais, sem notificação prévia à Comissão para aprovação. Segunda a **proposta de revisão da Comissão**, por exemplo, **o aumento do limite máximo de *minimis* ao longo de três anos passa de 25 mil euros para 37 mil euros, de modo a ter em conta a inflação**.

Até 31 de julho



Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia – apresentação de candidaturas

O Prémio, no valor de 20 mil euros, está aberto a jornalistas profissionais e a equipas de jornalistas profissionais de qualquer nacionalidade, que podem apresentar artigos de fundo que tenham sido publicados ou difundidos por meios de comunicação social sediados num dos 27 países da União Europeia. O objetivo é apoiar e realçar a importância do jornalismo profissional na salvaguarda da dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e dos direitos humanos. Os jornalistas podem submeter o(s) seu(s) artigo(s) *online* em <https://daphnejournalismprize.eu/> até **31 de julho de 2024, às 12h00** (hora de Bruxelas).

Até 27 de agosto



Consulta pública: Acordo Económico e Comercial Global UE-Canadá (CETA) – avaliação

O Acordo Económico e Comercial Global (CETA) estabelece o quadro para uma parceria económica e comercial sustentável e mutuamente benéfica entre a UE e o Canadá. O ano de 21 de setembro de 2022 marcou cinco anos de aplicação provisória do

CETA. Na sequência deste marco, a Comissão [publicará](#) uma avaliação baseada em dados concretos do CETA, analisando o seu impacto económico, social e ambiental após cinco anos de aplicação provisória.

28 a 31 agosto



Summer CEmp 2024

A sétima edição do [Summer CEmp](#), a escola de verão da [Representação da Comissão Europeia em Portugal](#), terá lugar em **Miranda do Douro**, no distrito de Bragança, entre os dias **28 e 31 de agosto de 2024**, com o apoio da [Câmara Municipal de Miranda do Douro](#) e a colaboração do centro [Europe Direct Bragança](#).

Com um programa imersivo, intenso e dinâmico, um **grupo diverso de estudantes do ensino superior** terá a oportunidade de interagir com um vasto leque de **protagonistas da atualidade portuguesa e europeia** (da política, dos media, da academia, dos setores privado e social, do desporto, da cultura e da comunidade local). Em conjunto, vão refletir de forma prática sobre as prioridades e políticas europeias com uma ligação direta à região anfitriã e ao seu rico património arquitetónico e cultural.

De 5 a 19 de setembro



Life 2025: Convites à apresentação de propostas

A Comissão Europeia [abriu](#) um [período de apresentação de propostas](#) ao abrigo do programa LIFE, com um total de 571 milhões de euros disponíveis para projetos que promovam a natureza e a biodiversidade, a economia circular e a qualidade de vida, a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas, a transição para as energias limpas, o novo *Bauhaus* europeu e a governação ambiental.

Foram lançados vários convites à apresentação de propostas para os diferentes tipos de subvenções concedidas aos projetos LIFE. Todos os pormenores estão [disponíveis na página](#) dos convites à apresentação de propostas do [LIFE 2024](#). O financiamento total do LIFE para o período 2021-2027 é de 5,4 mil milhões de euros, um aumento de quase 60%, e inclui agora um subprograma de Transição para as Energias Limpas. O período de candidaturas para a maior parte das ações termina em setembro (17 e 19 de setembro). Os que vão até março de 2025 têm de submeter as notas conceptuais até 5 de setembro de 2024.

Até 6 de setembro



Política comum das pescas — avaliação

A avaliação proporcionará uma visão geral dos resultados do Regulamento Política Comum das Pescas e dos seus instrumentos e medidas na última década (2014–2024). Permitirá determinar se foi alcançado o objetivo geral de garantir que a pesca e a aquicultura sejam sustentáveis no plano ambiental e geridas de forma coerente com os objetivos de obtenção de benefícios económicos, sociais e de emprego. Contributos [aqui](#).



Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) 2014–2020 — avaliação *ex post*

Esta avaliação tem por objeto as realizações do FEAMP, que esteve em funcionamento de 2014 a 2020. A avaliação examina, em particular, a eficácia e a eficiência do FEAMP, a sua coerência com outras políticas e pertinência e o valor acrescentado da UE. Procura determinar: a forma como o Fundo alcançou os objetivos para cada prioridade da UE; até que ponto permitiu dar resposta às crises e às perturbações do mercado; e os fatores que contribuíram para o êxito ou fracasso dos seus investimentos. A apresentação de comentários pode ser feita [aqui](#).

Até 10 de setembro



Comissão abre candidaturas para o Prémio Cidade Acessível 2025

Estão abertas as candidaturas para o Prémio Cidade Acessível 2025. Este prémio [reconhece](#) as cidades que realizaram um trabalho notável para se tornarem mais acessíveis às pessoas com deficiência. A edição de 2025 assinala o 15.º aniversário do Prémio Cidade Acessível. Nesta próxima edição, ligada aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Paris 2024, a Comissão atribuirá também uma menção especial às "infraestruturas desportivas acessíveis".

O prémio é organizado pela Comissão Europeia em parceria com o Fórum Europeu da Deficiência. Está aberto a cidades da UE com mais de 50 mil habitantes. Os vencedores do primeiro, segundo e terceiro lugares do Prémio Cidade Acessível 2025 recebem prémios de 150 000, 120 000 e 80 000 euros, respetivamente. Os vencedores serão anunciados numa cerimónia de entrega de

prémios durante a conferência do Dia Europeu das Pessoas com Deficiência, em 28 e 29 de novembro de 2024. As cidades podem apresentar as suas candidaturas até às 23h59 EDT de 10 de setembro de 2024.

Até 11 de setembro



Candidaturas às bolsas de pós-doutoramento MSCA

As [bolsas de pós-doutoramento MSCA](#) ajudam os investigadores experientes a adquirir novas competências, a desenvolver as suas carreiras e a adquirir experiência internacional, interdisciplinar e intersetorial trabalhando no estrangeiro. Estas bolsas prestigiadas constituem um trampolim nas carreiras dos investigadores, permitindo-lhes realizar investigação de ponta e cooperar com equipas e figuras científicas de renome. O convite à apresentação de propostas, com um orçamento de 417,2 milhões de euros, encerrará em 11 de setembro.

Até 13 de setembro



Consulta pública sobre Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) 2014–2020

Esta avaliação tem por objeto as realizações do FEAMP, que esteve em funcionamento de 2014 a 2020. A avaliação examina, em particular, a eficácia e a eficiência do FEAMP, a sua coerência com outras políticas e pertinência e o valor acrescentado da UE. Procura determinar: a forma como o Fundo alcançou os objetivos para cada prioridade da UE; até que ponto permitiu dar resposta às crises e às perturbações do mercado; e os fatores que contribuíram para o êxito ou fracasso dos seus investimentos. A submissão duma posição à consulta pública pode ser feita [aqui](#).

Até 20 de setembro



Comissão lança consulta às partes interessadas sobre o Programa Europa Digital

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta aberta às partes interessadas, com a duração de 12 semanas, sobre o Programa Europa Digital (DIGITAL). A consulta tem por objetivo obter informações sobre as necessidades das partes interessadas relacionadas com a transformação digital, os benefícios do programa DIGITAL e possíveis melhorias. Como tal, reunirá diversas perspetivas, desde pequenas e médias empresas a organizações não governamentais, universidades, parceiros sociais, autoridades públicas e outras organizações públicas e privadas e cidadãos dos Estados-Membros da UE e países associados.

A Comissão publicará então um relatório de síntese dos resultados da consulta e das respostas das partes interessadas em "Dê a sua opinião". As reações recebidas servirão para refletir sobre possíveis melhorias no âmbito do DIGITAL, bem como para orientar a conceção de futuras iniciativas. A consulta terminará em 20 de setembro de 2024. O Programa Europa Digital é um programa de financiamento da UE com um orçamento de mais de 7,9 mil milhões de euros, centrado em levar a tecnologia digital às empresas, aos cidadãos e às administrações públicas. O Programa Europa Digital complementa o financiamento disponível através de outros programas da UE, como o Horizonte Europa (para investigação e inovação) e o Mecanismo Interligar a Europa (para infraestruturas digitais), o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, os fundos estruturais e outros.

Até 24 de setembro



Comissão disponibiliza mil milhões de euros para pontos de carregamento e reabastecimento no âmbito do Mecanismo Europeu de Interconexão (MIE)

A Comissão Europeia [lançou](#) um [convite à apresentação de projetos](#) no âmbito do Mecanismo Europeu de Interconexão - Mecanismo para as Infraestruturas para Combustíveis Alternativos (AFIF). Estão disponíveis mil milhões de euros para apoiar a implantação de infraestruturas de abastecimento de combustíveis alternativos para os transportes rodoviários, marítimos, fluviais e aéreos ao longo da RTE-T, a rede transeuropeia de transportes: rede rodoviária - apoio a estações de recarga elétrica de alta potência e a estações de reabastecimento de hidrogénio, bem como a estações de recarga de megawatts para veículos pesados; aeroportos - apoio ao abastecimento de eletricidade e hidrogénio; portos - apoio ao abastecimento de eletricidade e hidrogénio e, pela primeira vez, às instalações de reabastecimento de amoníaco e metanol.

Até 25 de setembro



Prémio Europeu para Mulheres Inovadoras 2025 aberto a candidaturas

A Comissão Europeia [lançou](#) a edição de 2025 do Prémio Europeu para Mulheres Inovadoras. Esta iniciativa conjunta, apoiada pelo Conselho Europeu de Inovação (CEI) e pelo Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT), celebra as realizações

excepcionais das mulheres empresárias por detrás das inovações mais revolucionárias da Europa. Os vencedores serão selecionados em três categorias de prémios: Mulheres inovadoras; Mulheres inovadoras em ascensão; e Mulheres líderes.

O prémio premeia mulheres de toda a UE e de países associados ao programa de investigação e inovação da UE, Horizonte Europa, cujas inovações disruptivas estão a gerar mudanças positivas para as pessoas e o planeta. O prazo para apresentação de candidaturas é 25 de setembro de 2024 (17:00 CEST). Mais informações estão disponíveis aqui.

Até 26 de setembro



Convites à apresentação de propostas ao COFUND MSCA

O [COFUND MSCA](#) ajuda as organizações a criarem ou reforçarem os seus próprios programas de formação para doutoramento e bolsas de pós-doutoramento, com o objetivo de recrutar investigadores e atrair talentos internacionais através do cofinanciamento de uma parte significativa dos seus custos. As instituições que beneficiam desse financiamento devem complementá-lo com as suas próprias fontes de financiamento. Este regime divulga as melhores práticas das MSCA, promovendo normas elevadas e excelentes condições de trabalho. O convite à apresentação de propostas, com um orçamento de 104,8 milhões de euros, encerrará em 26 de setembro.

Até 30 de setembro



Novo financiamento da UE para ideias inovadoras destinadas a reduzir o desemprego de longa duração e a ajudar as pessoas a encontrar emprego

A Comissão Europeia [lançou](#) um [convite à apresentação de propostas](#) no valor de 23 milhões de euros para ajudar os Estados-Membros da UE a desenvolver novas formas de combater o desemprego de longa duração e ajudar as pessoas a reintegrar o mercado de trabalho. Este convite foi anunciado no recente plano de ação para fazer face à escassez de mão de obra e de competências na UE.

Através do presente convite à apresentação de propostas, financiado ao abrigo da iniciativa "Inovação Social +" do Fundo Social Europeu Mais (FSE+), a Comissão tem por objetivo desenvolver iniciativas promissoras anteriores e reforçar o papel das organizações da economia social. Estas organizações dão prioridade a objetivos sociais e ambientais e reinvestem a maior parte dos seus ganhos nas suas iniciativas. Têm uma capacidade comprovada para apoiar pessoas que sofreram de isolamento e pobreza em consequência do desemprego de longa duração.

As organizações têm até 30 de setembro de 2024 para apresentarem as suas propostas, seguindo as instruções constantes do [sítio Web do convite](#), que deve envolver organizações de, pelo menos, dois países diferentes da UE, Islândia, Montenegro, Noruega e Sérvia. Os projetos podem ter uma duração máxima de 36 meses e podem receber subvenções que variam entre 1 e 3 milhões de euros por projeto. Uma [sessão em linha](#) a 28 de maio de 2024 oferecerá a oportunidade de colocar quaisquer questões sobre o convite, enquanto será também organizada uma sessão de *match-making* para facilitar a criação de novas parcerias para construir projetos. As informações sobre ambas as sessões serão disponibilizadas na página *Web* do convite.

7 a 10 de outubro



22ª edição da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

A [Semana Europeia das Regiões e dos Municípios](#) (#EURegionsWeek) é o maior evento anual em Bruxelas dedicado à política de coesão. Tornou-se uma plataforma neutra para debater os desafios comuns das regiões e cidades da Europa, reunindo uma comunidade diversificada de oradores e participantes.

Qual é o objetivo da "EURegionsWeek"? Discutir os desafios comuns que se colocam às regiões e cidades da Europa e examinar possíveis soluções, reunindo políticos, decisores, peritos e profissionais da política de coesão, bem como partes interessadas do setor empresarial, da banca, do meio académico, das instituições da UE e dos meios de comunicação social; proporcionar uma plataforma para o reforço de capacidades, a aprendizagem e o intercâmbio de experiências e boas práticas para os responsáveis pela execução da política de coesão da UE e pela gestão dos seus instrumentos financeiros; facilitar a cooperação e a criação de redes entre regiões e cidades; contribuir para o debate sobre a política de coesão da UE num contexto mais vasto, incluindo investigação recente e pontos de vista de países terceiros e organizações internacionais.

Todas as informações podem ser consultadas [aqui](#). [Inscrições já possíveis](#).

Até 14 de outubro



Convite à apresentação de propostas no valor de 90 milhões de euros no âmbito da política de coesão reforça a inovação urbana em toda a UE

Para reforçar e fortalecer ainda mais o desenvolvimento urbano sustentável nas cidades da UE, a Comissão Europeia [lançou](#) um terceiro convite à apresentação de propostas no valor de 90 milhões de euros no âmbito da [Iniciativa Urbana Europeia](#) (IUE). Os projetos selecionados no âmbito deste convite testarão soluções inovadoras nas cidades para as ajudar a concretizar as transições ecológica e digital.

Os projetos devem centrar-se numa das duas prioridades seguintes: transição energética - experimentar e explorar soluções inovadoras tangíveis que garantam sistemas energéticos locais acessíveis, seguros e mais limpos; tecnologia nas cidades - explorar tecnologias emergentes e soluções digitais para melhorar os serviços públicos, a governação urbana, a qualidade de vida, a participação dos cidadãos e garantir que as nossas cidades são mais seguras e acessíveis a todos.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) cofinanciará 80% dos custos do projeto, recebendo cada projeto até 5 milhões de euros. Parte deste financiamento apoiará a transferência de conhecimentos e a adaptação destas soluções testadas a outras cidades da UE, a fim de garantir que os projetos locais tenham um impacto social e económico mais vasto na Europa. Os restantes 20% serão cobertos pelas autoridades locais e pelos parceiros do projeto. Convidam-se os representantes interessados das cidades da UE a consultar a [página Web da IUE](#) para obter informações pormenorizadas sobre o processo de candidatura. O prazo para apresentação de propostas termina a 14 de outubro de 2024.

Até 22 de outubro



Comissão convida à apresentação de pedidos de financiamento para projetos transfronteiriços de energia limpa no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo convite à apresentação de propostas no valor de 850 milhões de euros para apoiar projetos de infraestruturas energéticas no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa. Este é o primeiro convite à apresentação de propostas de financiamento para a primeira lista de projetos de interesse comum e de projetos de interesse mútuo estabelecida ao abrigo do regulamento revisto relativo às redes transeuropeias de energia (RTE-E). O regulamento e a lista revistos estão alinhados com o Pacto Ecológico Europeu e ajudarão a UE a atingir os seus ambiciosos objetivos em matéria de clima e energia. É a primeira vez que os projetos de redes elétricas *offshore* e de hidrogénio são elegíveis para apoio ao abrigo do MIE e que as infraestruturas de combustíveis fósseis estão excluídas.

Os promotores de projetos poderão candidatar-se ao cofinanciamento da UE sob a forma de subvenções para estudos e obras de construção. O convite está aberto até 22 de outubro de 2024 e, a 14 de maio, a Comissão organizará uma jornada informativa virtual para apresentar o convite e informar as partes interessadas sobre o processo de candidatura e avaliação.

Até 27 de novembro



Apresentação de candidaturas às redes de doutoramento MSCA

[As redes de doutoramento MSCA](#) executam programas de recrutamento e formação de doutorandos no meio académico e noutros setores, incluindo a indústria, as empresas e as administrações públicas. O regime inclui o desenvolvimento de diplomas conjuntos, incluindo um eventual [diploma europeu](#). **O convite à apresentação de propostas, com um orçamento de 608,6 milhões de euros, será aberto a 29 de maio e encerrado a 27 de novembro.**



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

Novo relatório destaca o papel da PAC no dinamismo das zonas rurais

A Comissão Europeia publicou um novo [relatório](#) em que se analisa a contribuição do financiamento comunitário para o desenvolvimento das zonas rurais, e uma [avaliação](#) do impacto do programa LEADER nas zonas rurais. Ambos os estudos sublinham o impacto significativo da PAC na resposta às necessidades das zonas rurais e na realização das ações previstas na visão a longo prazo para as mesmas. O estudo avalia igualmente o papel de outros fundos da UE destinados às zonas rurais (2014-2020): o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional/Fundo de Coesão, o Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), bem como os fundos nacionais. O estudo mostra que a existência de uma estratégia rural abrangente ajuda os países da UE a direcionar eficazmente o financiamento da PAC para as zonas rurais e a satisfazer as necessidades das comunidades rurais.

Entre 2014 e 2022, a PAC atribuiu **8,6 mil milhões de euros para apoiar atividades não agrícolas nas zonas rurais**. Este facto demonstra o papel da PAC não só no apoio aos agricultores e à agricultura, mas também no reforço de outras empresas e comunidades nas zonas rurais. O apoio da PAC pode, por exemplo, investir na [construção de novas estradas públicas e na aplicação de soluções de energias renováveis](#), ou na [conversão de casas abandonadas em centros comunitários](#). Do mesmo modo, a PAC ajudou a [criar espaços que oferecem serviços digitais às comunidades rurais](#), proporcionando oportunidades para a realização de sessões de formação, eventos desportivos, espetáculos ou reuniões de escolas locais. As autoridades rurais locais também recebem financiamento da UE para digitalizar as suas operações, melhorar o acesso aos serviços, promover a sensibilização ambiental e apoiar as empresas rurais em fase de arranque no desenvolvimento de tecnologias inovadoras. Cada projeto bem-sucedido melhora as condições de vida nas zonas rurais e o acesso aos serviços, contribuindo diretamente para a criação de comunidades locais dinâmicas.

O apoio mais eficaz baseia-se em abordagens de base e assenta em projetos de pequena escala. No estudo reconhece-se que as necessidades das zonas rurais se estão a tornar mais complexas e, como tal, nas conclusões é recomendada a adoção de abordagens políticas holísticas para orientar ainda melhor o financiamento da PAC e doutros fundos comunitários para as zonas rurais no futuro. Além disso, a avaliação demonstrou que o valor acrescentado da [abordagem LEADER](#), que oferece projetos pequenos e impactantes, contribuiu para a criação de quase 60 mil postos de trabalho e de mais de 2700 grupos de ação local (GAL), abrangendo uma população rural de 170 milhões de pessoas. A abordagem LEADER visa também especificamente as zonas economicamente desfavorecidas, periféricas ou remotas, ou que acolhem comunidades vulneráveis.

Batata-doce da Madeira inscrita no registo das denominações de origem protegida da UE

A Batata-doce da Madeira [foi inscrita](#) no registo das denominações de origem protegida (DOP) da União Europeia. A «Batata-Doce da Madeira DOP» é a raiz tuberosa comestível das variedades tradicionais da *Ipomoea batatas* (L.) *Noir*, obtidas nas ilhas habitadas do Arquipélago da Madeira, designadamente «Brasileira», «5-Bicos», «Cenoura regional», «Inglesa», «Cabeiras», «Amarelinha» e «Cabreira Branca do Porto Santo», produzidas segundo as práticas tradicionais das ilhas da Madeira e do Porto Santo.

Distinguem-se pela elevada humidade da polpa (em média superior a 68 g/100, g de matéria fresca), pelo teor geralmente alto em hidratos de carbono (em média superior a 60 % do extrato seco) e pelo elevado conteúdo em proteína e cinza (em média superior, respetivamente, a 4 % e 3 % do extrato seco). A «Batata-Doce da Madeira DOP» [apresenta](#), quando crua, o aroma típico de tubérculo, com notas terrosas, vegetais ou herbáceas e uma clara referência à castanha ou à casca de noz verde. O seu sabor doce e farináceo, por vezes ligeiramente salgado ou pouco ácido e mineral, intensifica-se com a mastigação, apresentando notas de polpa de castanha. A textura, sempre húmida, é tenra e macia ou crocante e mais ou menos fibrosa o que, sobretudo nas variedades «Inglesa», «Cabeiras», «Brasileira» e «5-Bicos», lhe confere boa aptidão tecnológica para a produção de farinhas.

Quando cozida ou assada, a coloração da polpa evolui dos tons amarelados a esverdeados e dourados a alaranjados. Os aromas intensificam-se, ficando mais complexos e adocicados, com leves toques herbáceos (palha), metálicos (ferrosos) ou terrosos, quando cozida, ou com referências à castanha assada, caramelo ou lenha queimada, quando assada. A intensidade dos sabores é também reforçada, sendo sempre suculenta, e ficando mais ou menos doce ao ataque. O final de boca é curto, com notas de frutos secos e castanha, quando cozida, ou alusões a caramelo, quando assada. A textura é normalmente macia, amanteigada e de fácil mastigação, mas pode apresentar-se ligeiramente fibrosa ou com fiapos quando assada.

Comissão autoriza milho geneticamente modificado para utilização na alimentação humana e animal

A Comissão Europeia autorizou duas culturas de milho geneticamente modificado e renovou a autorização de outra cultura de milho geneticamente modificado para utilização na alimentação humana e animal. As decisões de autorização da Comissão apenas permitem que estes milhos geneticamente modificados sejam importados para utilização em géneros alimentícios e alimentos para animais, mas não que sejam cultivados na UE. Estes milhos foram submetidos a um procedimento de avaliação exaustivo e rigoroso, que garante um elevado nível de proteção da saúde humana e animal, bem como do ambiente. A Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (AESA) emitiu uma avaliação científica favorável, concluindo que estes milhos geneticamente modificados são tão seguros como os seus homólogos convencionais.

As autorizações são válidas por 10 anos e todos os produtos produzidos a partir destas culturas geneticamente modificadas estarão sujeitos às regras rigorosas da UE em matéria de [rotulagem e rastreabilidade](#). A Comissão tinha a obrigação legal de decidir sobre estas autorizações depois de os Estados-Membros não terem alcançado uma maioria qualificada a favor ou contra a autorização no Comité Permanente e no subsequente Comité de Recurso. Para mais informações sobre os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) na UE, ver [aqui](#).

Utilização de fertilizantes na agricultura da UE diminuiu 10% em 2022

Em 2022, a quantidade de fertilizantes minerais (azoto e fósforo) [utilizados](#) na produção agrícola em toda a UE foi de 9,8 milhões de toneladas. Isto representou um declínio acentuado de 10,3 % em comparação com a quantidade utilizada em 2021, e um declínio acumulado de 15,9 % em relação ao pico relativo em 2017. O declínio da utilização de fertilizantes minerais na UE em 2022 esteve, em parte, associado ao aumento acentuado dos preços dos fertilizantes na sequência da agressão militar da Rússia contra a Ucrânia e da aplicação de sanções à Rússia, tal como referido na comunicação da Comissão "Salvaguardar a segurança alimentar e reforçar a resiliência dos sistemas alimentares".

No âmbito dos fertilizantes minerais, a utilização de fertilizantes à base de azoto na produção agrícola da UE foi reduzida para cerca de 8,9 milhões de toneladas em 2022, o que equivale a uma diminuição anual de 9,4 %. A utilização de fertilizantes à base de azoto na agricultura foi mais elevada nos países que também se encontram entre os principais produtores agrícolas da UE, em particular a França (2,0 milhões de toneladas) e a Alemanha (1,1 milhões de toneladas). Em 2022, a utilização de fertilizantes à base de fósforo na agricultura da UE foi de 0,9 milhões de toneladas. Isto equivaleu a uma diminuição de 17,9 % em comparação com a quantidade utilizada em 2021. Os países com maior utilização de fertilizantes à base de fósforo na agricultura em 2022 foram a França, a Espanha, a Itália e a Roménia; juntos, representaram cerca de metade da utilização total da UE.



Ambiente

Comissão aprova regime de auxílios estatais sueco no valor de 3 mil milhões de euros para apoiar a implantação da captura e armazenagem de dióxido de carbono biogénico

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um regime sueco de auxílios no valor de 3 mil milhões de euros (36 mil milhões de coroas suecas) para apoiar a captura e o armazenamento de carbono ("CAC"), com o objetivo de reduzir o dióxido de carbono ("CO2") libertado durante a combustão ou o processamento de biomassa ("CO2 biogénico"). A medida contribuirá para a realização das metas climáticas da Suécia e dos objetivos estratégicos da UE no âmbito do Pacto Ecológico Europeu, em especial o objetivo de neutralidade climática para 2050.

A Suécia notificou a Comissão dos seus planos de adotar um regime de 3 mil milhões de euros (36 mil milhões de coroas suecas) para apoiar projetos de remoção de emissões biogénicas de CO2 através da CAC permanente. A medida tem por objetivo permitir que a CAC seja um instrumento viável e eficaz para atenuar as alterações climáticas. Espera-se que esta medida aumente a confiança dos investidores na tecnologia CCS, reduza os custos das suas futuras aplicações e facilite assim o desenvolvimento de uma cadeia de valor CCS na UE. Ao abrigo do regime, o auxílio será concedido através de um processo de concurso, estando o primeiro leilão previsto para 2024. Os leilões estarão abertos a empresas que (i) exerçam uma atividade na Suécia, emitindo CO2 biogénico, e (ii) implementem projetos com capacidade para capturar e armazenar pelo menos 50 000 toneladas de CO2 biogénico por ano.

Ao abrigo de contratos de 15 anos, os beneficiários receberão uma subvenção por tonelada de CO2 biogénico armazenado de forma permanente. O auxílio recebido será ajustado tendo em conta eventuais receitas que possam resultar dos projetos (por exemplo, graças a certificados voluntários de remoção de carbono), bem como outros apoios públicos recebidos para o mesmo projeto. O regime vigorará até 31 de dezembro de 2028. Ao permitir a captura e o armazenamento de quantidades significativas de CO2 biogénico, o regime contribuirá para os esforços da Suécia no sentido de reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa em 85% até 2045, em comparação com o nível de 1990. Ajudará também a Suécia e a UE a atingir o objetivo de neutralidade climática até 2050.



Coesão e solidariedade interna da UE

Comissão recebe quinto pedido de pagamento apresentado por Portugal ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

A Comissão Europeia [recebeu](#) o quinto pedido de pagamento apresentado por Portugal no montante de 2,9 mil milhões de euros (líquidos de pré-financiamento), dos quais **1,65 mil milhões de euros** em subvenções e **1,25 mil milhões de euros** em empréstimos. O pedido de pagamento diz respeito a **27 marcos e 15 metas** e inclui **reformas** em domínios como a gestão de resíduos, a pobreza energética e a eficiência energética, o hidrogénio renovável e o biometano, o desenvolvimento do mercado de capitais e a simplificação do sistema fiscal.

O pedido abrange igualmente **investimentos** importantes em domínios como o equipamento médico, a habitação, a mobilidade sustentável, o hidrogénio e os gases renováveis, a capitalização das empresas, a descarbonização dos transportes públicos, a digitalização das empresas, a modernização dos sistemas fiscal e aduaneiro, e a prevenção de incêndios. A Comissão examinará o pedido e, em seguida, transmitirá ao Comité Económico e Financeiro do Conselho a avaliação preliminar do cumprimento, por Portugal, dos marcos e metas pertinentes para o pagamento em causa.

O **plano global de recuperação e resiliência de Portugal** será financiado por **22,2 mil milhões de euros** (16,3 mil milhões de euros em subvenções e 5,9 mil milhões de euros em empréstimos). Estão disponíveis mais informações sobre o plano de recuperação e resiliência de Portugal [nesta página](#), que inclui um mapa interativo dos projetos financiados pelo MRR, bem como na [gralha de avaliação da recuperação e resiliência](#). Para mais informações sobre o processo dos pedidos de pagamento ao abrigo do MRR, [consulte esta secção de perguntas e respostas](#).



Violas da Terra dos Açores com certificação nacional e europeia IG

As Violas da Terra dos Açores são o primeiro produto de construção artesanal da Região entre as produções artesanais portuguesas com Indicação Geográfica (IG), com produção reconhecida no espaço do território nacional e europeu. A cerimónia de certificação [decorreu](#) esta segunda-feira no Fórum dos Cordofones Tradicionais Portugueses, promovido pela [a.Certifica](#) no âmbito da Feira Internacional de Artesanato – FIA Lisboa, na qual participou Maria João Carreiro, secretária regional da Juventude, Habitação e Emprego.

José Agostinho Serpa, da ilha das Flores; António Mota, da ilha Terceira; Hugo Raposo, da ilha de São Miguel; e Raimundo Leonardes, da ilha de São Jorge, são os primeiros artesãos de Violas da Terra a receber o selo de certificação IG. Na ocasião, a secretária regional com a tutela do “Artesanato dos Açores” destacou a importância desta certificação para a “proteção do saber-fazer artesanal das Violas da Terra”, já que a sua produção certificada passa a estar circunscrita ao território dos Açores e aos artesãos açorianos certificados. “A certificação de produtos artesanais com IG interessa-nos, porque essa certificação garante a qualidade, a reputação e as características diferenciadoras dos produtos, que passam a ver reconhecido o valor histórico da sua arte e a qualidade da sua produção no território nacional e europeu”, disse. A certificação das Violas da Terra com a marca de IG “é uma responsabilidade e uma oportunidade para os artesãos”, prosseguiu a governante.

Entre os benefícios do selo de certificação IG está, por exemplo, a proteção dos direitos de propriedade intelectual, a salvaguarda da autenticidade dos produtos, ou a promoção da competitividade das micro, pequenas e médias empresas. A certificação IG contribui, também, para a preservação e valorização dos produtos artesanais cuja produção está ligada a uma área geográfica específica e a uma maior rentabilidade e atratividade das profissões artesanais tradicionais, criando incentivos ao fabrico de produtos de qualidade. Participaram ainda na cerimónia de certificação José Wellington Nascimento, autor do Caderno de Especificações Técnicas da certificação das Violas da Terra. A cerimónia terminou com a interpretação do tema “Ilhas de Bruma” por José Agostinho Serpa, na Viola da Terra, e voz da cantora açoriana Mariana Rocha.



Envolvimento da Bielorrússia na guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia: novas medidas restritivas da UE visam o comércio, os serviços, os transportes e a evasão

O Conselho [adotou](#) medidas restritivas que visam a economia bielorrussa, tendo em conta o envolvimento do regime na guerra de agressão ilegal, não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia. Estas medidas abrangentes têm por objetivo repercutir várias das medidas restritivas já em vigor contra a Rússia, respondendo assim à questão da evasão decorrente do elevado grau de integração existente entre a economia russa e a bielorrussa.



Comissão Europeia anuncia um pacote de investimento adicional de 1,2 mil milhões de euros para apoiar as infraestruturas e o empreendedorismo nos Balcãs Ocidentais

A Comissão Europeia [anunciou](#) a adoção do sexto pacote de investimento ao abrigo do Plano Económico e de Investimento da UE para os Balcãs Ocidentais, que deverá mobilizar 1,2 mil milhões de euros de investimento. Apoiará oito novos investimentos emblemáticos nos domínios do abastecimento de água e saneamento, do tratamento de águas residuais, do transporte ferroviário e da inovação e transformação ecológica nas pequenas e médias empresas. Estes investimentos serão realizados em estreita cooperação com os parceiros dos Balcãs Ocidentais e as instituições financeiras internacionais.

O pacote de investimento de 1,2 mil milhões de euros inclui 300 milhões de euros de subvenções da UE ao abrigo do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IPA III), contribuições bilaterais adicionais dos Estados-Membros da UE e da Noruega, empréstimos de instituições financeiras internacionais e contribuições das economias dos Balcãs Ocidentais. O pacote foi aprovado pelo Conselho de Administração do Quadro de Investimento para os Balcãs Ocidentais (WBIF) na sua reunião de 1 e 2 de julho. Os novos investimentos emblemáticos inserem-se em três prioridades do plano económico e de investimento: ambiente e clima, transportes sustentáveis e apoio ao setor empresarial.

Assistência da UE aumenta o comércio e a livre circulação em Chipre, apoiando a reunificação da ilha

A Comissão Europeia publicou dois relatórios que ilustram o apoio contínuo da União Europeia à reunificação de Chipre: o [relatório anual sobre a aplicação do Regulamento da Linha Verde em Chipre em 2023](#) (o "Relatório da Linha Verde") e o [relatório anual sobre a aplicação do Programa de Ajuda à Comunidade Cipriota Turca em 2023](#) (o "Relatório do Programa de Ajuda"). O relatório sobre a Linha Verde mostra que o comércio através da Linha Verde em 2023 aumentou 9,6 %, atingindo um valor recorde de 16 milhões de euros. Foram registados 7,1 milhões de travessias autorizadas em 2023, um aumento constante em relação aos 6,1 milhões registados em

2022. A Comissão congratula-se com as novas medidas anunciadas pelo Governo da República de Chipre em janeiro de 2024, no sentido de admitir mais seis alimentos transformados de origem não animal no comércio da Linha Verde (admitidos em abril de 2024) e de aumentar o pessoal e reduzir o congestionamento nos pontos de passagem. Estas medidas contribuirão positivamente para o comércio da Linha Verde no futuro. O ano de 2024 marcou também os 20 anos desde a adoção do Regulamento da Linha Verde da UE para Chipre.



Economia, Comércio e Concorrência

Entra em vigor um ambicioso acordo de parceria económica entre a UE e o Quénia

O Acordo de Parceria Económica (APE) entre a UE e o Quénia [entrou](#) em vigor, constituindo um marco fundamental na parceria estratégica entre a UE e o Quénia. O acordo irá impulsionar o comércio bilateral de mercadorias, aumentar os fluxos de investimento e facilitar relações económicas mutuamente benéficas de forma sustentável, estimulando a criação de emprego e o crescimento económico.

O Quénia é o principal pólo económico da África Oriental e as relações comerciais entre a UE e o Quénia têm um potencial de crescimento considerável. O acordo abrirá novas oportunidades económicas, dado que a UE é o primeiro destino das exportações do Quénia e o seu segundo maior parceiro comercial. O comércio total entre a UE e o Quénia atingiu 3 mil milhões de euros em 2023, um aumento de 16 % em relação a 2018. O APE criará também mais oportunidades para as empresas e os exportadores quenianos, uma vez que abrirá totalmente o mercado da UE aos produtos quenianos e incentivará o investimento da UE no Quénia através de uma maior segurança jurídica.

Comissão institui direitos de compensação provisórios sobre as importações de veículos elétricos a bateria provenientes da China, enquanto prosseguem as discussões com este país

Nove meses após o início de um inquérito *ex officio* antissubvenções, a Comissão Europeia [instituiu](#) direitos de compensação provisórios sobre as importações de veículos elétricos a bateria (VEB) provenientes da China. Com base no inquérito, a Comissão concluiu que a cadeia de valor dos VEB na China beneficia de subvenções desleais, o que está a causar uma ameaça de prejuízo económico aos produtores de VEB da UE. O inquérito examinou igualmente as consequências e o impacto prováveis destas medidas nos importadores, utilizadores e consumidores de VEB na UE.

As consultas com o Governo chinês intensificaram-se nas últimas semanas, na sequência de uma troca de pontos de vista entre o vice-presidente Executivo Valdis Dombrovskis e o ministro do Comércio chinês Wang Wentao. Os contactos prosseguem a nível técnico com vista a alcançar uma solução compatível com a OMC, que responda adequadamente às preocupações manifestadas pela União Europeia. Qualquer resultado negociado do inquérito deve ser eficaz para resolver as formas prejudiciais de subvenção identificadas.



Educação

Reconhecimento das qualificações profissionais na UE ainda é uma corrida de obstáculos

Os cidadãos da União Europeia que querem trabalhar ou criar uma empresa noutra Estado-Membro ainda [enfrentam](#) muitos obstáculos. Um deles é a obtenção do reconhecimento das qualificações profissionais, [destaca](#) o Tribunal de Contas Europeu (TCE). A União aprovou uma legislação em 2005 para facilitar este reconhecimento e evitar que os países imponham demasiadas condições aos cidadãos, mas as autoridades nacionais e a Comissão Europeia não a aplicam como deviam. Além disso, as informações que chegam aos cidadãos nem sempre são as melhores. As autoridades também não estão obrigadas a consultar o registo de alertas que indica os profissionais com passado de má conduta.

Os cidadãos da UE têm o direito de escolher onde querem trabalhar, mas os Estados-Membros continuam a regulamentar o acesso a certas profissões por razões de saúde e segurança. Por isso, a mobilidade laboral entre os países da UE depende de um sistema de reconhecimento mútuo das qualificações profissionais. O número de profissões regulamentadas nos Estados-Membros varia muito, indo de 88 na Lituânia até 415 na Hungria. Com base em dados de 2023, o TCE calculou que cada país regulamenta 212 profissões em média, ou seja, cerca de 5 700 profissões em toda a UE.

Os Estados-Membros não verificam com regularidade a duração dos procedimentos de reconhecimento, nem sempre atuam com a rapidez que as leis da UE exigem e, por vezes, pedem demasiados documentos (cartas de motivação, traduções juramentadas ou prova de residência antes de o cidadão se mudar para o país). O TCE revela que raramente há justificação para o cálculo das taxas aplicadas ou a razão para variarem tanto consoante os Estados-Membros ou as autoridades (podem ir de 0 euros a 17 500 euros, no caso de pilotos num dos países). Aponta também situações em que os países impõem sempre uma medida específica (formação adicional ou uma prova) sem explicar o motivo ou realizam verificações prévias das qualificações que vão muito além do interesse de saúde pública em causa. Os cidadãos da UE têm o direito de circular livremente entre os Estados-Membros para exercer a sua profissão ou criar uma empresa. A diretiva da UE relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais devia ser transposta para o direito nacional até 2016. Os Estados-Membros têm o direito de estabelecer regras para o acesso a variadas profissões, que são então

designadas por "profissões regulamentadas". Entre as profissões regulamentadas que registam maior mobilidade na UE figuram as de enfermeiro, professor, carpinteiro/marceneiro e engenheiro civil.



Emprego e Demografia

Relatório *SME Performance Review 2024* demonstra que as PME estão a impulsionar a criação de emprego apesar da inflação elevada

A Comissão Europeia publicou o relatório [SME Performance Review 2024](#), que destaca a resiliência das pequenas e médias empresas (PME) em 2023, apesar da inflação elevada. De acordo com o relatório, as PME têm sido motores de criação de emprego, superando as grandes empresas no crescimento do emprego em 11 dos 14 ecossistemas industriais. As taxas de crescimento mais elevadas foram registadas nos ecossistemas "turismo" e "digital" (4,5% e 3,8%, respetivamente). Pelo terceiro ano consecutivo, espera-se que o crescimento do emprego continue em 2024, com um aumento previsto de 0,8%. No entanto, este rápido crescimento do emprego também levou a um aumento acentuado da escassez de competências para muitas PME, como já demonstrou o último inquérito da Comissão sobre o acesso das empresas ao financiamento.



Energia

Diminuição das quotas de mercado das maiores empresas de energia da UE

Em 2022, os maiores produtores de eletricidade e de gás [registaram](#) uma diminuição da sua quota de mercado em muitos países da UE, o que evidencia o aumento da concorrência no mercado da energia em comparação com 2021. Um indicador de quota de mercado mostra a proporção da energia do mercado que é fornecida pela maior empresa da rede. Quotas de mercado mais elevadas indicam um mercado monopolista ou oligopolista.

Entre 2021 e 2022, o aumento da quota de mercado da maior empresa de eletricidade foi comunicado por 4 países da UE. Em 4 países, a quota permaneceu estável, enquanto a diminuição foi comunicada por 16 países. A diminuição da quota de mercado indica uma concorrência crescente e a diversificação do mercado da energia. Entre 2021 e 2022, o maior aumento da quota de mercado foi registado na Eslováquia (+6,7 pontos percentuais (pp)), enquanto a maior diminuição foi registada em França (-6,5 pp). Em 2022, a quota de mercado do maior produtor de eletricidade no mercado da eletricidade variou entre os países da UE. A maior quota foi registada em Chipre (87,5%), seguida da Croácia (73,6%) e da França (72,5%). Em contrapartida, a quota de mercado do maior produtor no mercado da eletricidade foi a mais baixa na Lituânia (12,0%), na Polónia (14,9%) e na Itália (18,0%).

Em 2022, a quota de mercado do maior importador e produtor de gás natural diminuiu em 11 países da UE (dos 22 países da UE que comunicaram dados). Entre 2021 e 2022, a maior diminuição da quota de mercado foi registada na Lituânia (-29,8 p.p.), na Bulgária (-14,5 p.p.) e em França (-11,5 p.p.). Em contrapartida, foi registado um aumento anual da maior quota de mercado na Eslováquia (+11,0 pontos percentuais) e na Croácia (+5,4 pontos percentuais). A maior quota de mercado foi de 100% em Malta e na Suécia, onde uma única entidade dominava a produção e as importações nacionais, seguidas da Polónia com 92,0%. Em contrapartida, a maior empresa de importação e produção de gás natural teve o nível mais baixo de penetração no mercado na Irlanda (22,0%), na República Checa (30,0%) e na Grécia (30,5%).

Comissão aprova regime francês de auxílios estatais no valor de 10,82 mil milhões de euros para apoiar a energia eólica *offshore* e promover a transição para uma economia de emissões líquidas nulas

A Comissão Europeia [aprovou](#) um regime francês de auxílios estatais no valor de 10,82 mil milhões de euros para apoiar a implantação da energia eólica *offshore*, o que contribuirá para promover a transição para uma economia de emissões líquidas nulas. O regime foi aprovado ao abrigo do Quadro Temporário para a Crise e a Transição dos Auxílios Estatais ("QCT"), adotado pela Comissão em 9 de março de 2023 e alterado em 20 de novembro de 2023 e em 2 de maio de 2024.

A França notificou à Comissão, ao abrigo do QCT, um regime de 10,82 mil milhões de EUR para apoiar a energia eólica renovável ao largo da costa, a fim de promover a transição para uma economia líquida zero. O regime terá uma duração de 20 anos. Em particular, a medida apoiará a construção e a exploração de dois parques eólicos *offshore* de fundo fixo: um na zona do Atlântico Sul e outro na zona *Centre Manche 2*, na Normandia. Prevê-se que o parque eólico do Atlântico Sul tenha uma capacidade de 1000 a 1200 MW e produza pelo menos 3,9 TWh de eletricidade renovável por ano. O parque eólico da Normandia deverá ter uma capacidade de 1400 a 1600 MW e produzir pelo menos 6,1 TWh de eletricidade renovável por ano.

O auxílio será concedido com base em processos de concurso transparentes e não discriminatórios, que serão organizados para selecionar um beneficiário por zona *offshore*. No âmbito deste regime, o auxílio assumirá a forma de um prémio mensal variável ao abrigo de um contrato bidirecional por diferença ("CfD"), que será calculado comparando um preço de referência, determinado na oferta de compra do beneficiário ("pay as bid"), com o preço de mercado da eletricidade. Quando o preço de mercado for inferior ao preço de referência, os beneficiários terão direito a receber pagamentos iguais à diferença entre os dois preços. No entanto, quando o preço de mercado for superior ao preço de referência, o beneficiário terá de pagar a diferença entre os dois preços às autoridades francesas.



Tribunal de Justiça da UE: nomeados três juízes e um advogado-geral

Os representantes dos governos dos Estados-Membros [nomearam](#) três juízes e um advogado-geral para o Tribunal de Justiça no âmbito da sua renovação parcial em 2024. O mandato de Irmantas Jarukaitis como juiz foi renovado. Bernardus Smulders e Fredrik Schalin foram nomeados juízes do Tribunal de Justiça para um primeiro mandato. Os representantes dos Estados-Membros nomearam igualmente Rimvydas Norkus para um primeiro mandato como advogado-geral do Tribunal de Justiça. O mandato referente a cada uma das nomeações tem início a 7 de outubro de 2024 e termina a 6 de outubro de 2030.



Habitação

Preços das casas e das rendas aumentaram entre o 4.º trimestre de 2023 e o 1.º trimestre de 2024

No primeiro trimestre de 2024, os preços das casas na UE [aumentaram](#) 0,4% e as rendas 0,9% em comparação com o quarto trimestre de 2023. Em comparação com o primeiro trimestre de 2023, os preços das casas na UE subiram 1,3%, enquanto as rendas aumentaram 3,0%. Os preços da habitação e das rendas na UE seguiram um padrão semelhante entre 2010 e o segundo trimestre de 2011, mas estão agora a evoluir de forma diferente. Enquanto as rendas aumentaram de forma constante desde então até ao segundo trimestre de 2023, os preços da habitação seguiram um padrão diferente, incluindo descidas e aumentos mais rápidos.

Após uma descida acentuada entre o segundo trimestre de 2011 e o primeiro trimestre de 2013, os preços da habitação mantiveram-se mais ou menos estáveis entre 2013 e 2014. Seguiu-se uma subida rápida no início de 2015, e os preços da habitação aumentaram mais rapidamente do que as rendas até ao terceiro trimestre de 2022. Desde o quarto trimestre de 2022, os preços da habitação caíram durante dois trimestres consecutivos, antes de voltarem a subir no segundo e terceiro trimestres de 2023. Seguiu-se uma ligeira descida no quarto trimestre de 2023, antes de uma nova subida no primeiro trimestre de 2024.

Comparando o primeiro trimestre de 2024 com 2010, entre os países da UE para os quais existem dados disponíveis, os preços das casas aumentaram mais do que os das rendas em 20 países. Os preços das casas mais do que duplicaram na Estónia (+223%), Hungria (+207%), Lituânia (+170%), Letónia (+140%), Chéquia (+125%), Áustria (+108%) e Luxemburgo (+101%). Registaram-se descidas em Itália (-8%) e em Chipre (-1,2%). As rendas aumentaram em 26 países da UE, tendo os maiores aumentos sido registados na Estónia (+201%), Lituânia (+174%) e Irlanda (+104%). A única descida dos preços das rendas foi registada na Grécia (-19%).



Indústria

UE investe 325 milhões de euros para apoiar o ecossistema europeu de inovação no domínio dos semicondutores

A [Chips Joint Undertaking](#) (*Chips JU*) [anunciou](#) a abertura de convites à apresentação de propostas para [apoiar](#) iniciativas de investigação e inovação no domínio dos semicondutores em fotónica, centros de competência e uma plataforma de conceção de semicondutores baseada na nuvem, no âmbito da iniciativa "[Chips for Europe](#)" ao abrigo da legislação *Chips*. O financiamento total da UE disponível para estes convites é de 325 milhões de euros, que deverá ser complementado por financiamento adicional dos Estados participantes na *Chips JU*.

Esta nova ronda de convites apoiará ainda mais a indústria europeia de semicondutores, estabelecendo uma linha-piloto para circuitos integrados fotónicos (PIC). Estes semicondutores utilizam a luz para processar e transmitir informações a velocidades mais elevadas, utilizando menos energia. Isto será particularmente importante para a próxima geração de computadores de alto desempenho, comunicações de alta velocidade e centros de dados.

O financiamento apoiará igualmente a criação, o desenvolvimento e a ligação em rede de "centros de competência em matéria de *chips*" nos Estados participantes. Estes centros de competência darão acesso a conhecimentos técnicos especializados e à experimentação no domínio dos semicondutores, ajudando as empresas, em especial as PME, a melhorar as capacidades de conceção e a desenvolver as suas competências. Por último, os próximos convites à apresentação de propostas financiarão um projeto de criação de uma plataforma de conceção em linha baseada na nuvem que permitirá aos utilizadores, em especial ao meio académico, às empresas em fase de arranque e às PME, conceber e desenvolver os seus novos chips e ajudar a colocar os seus projetos no mercado.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social, Migrações, Cidadania

Dados essenciais sobre o sistema de Dublin em 2023

Em 2023, os países da UE [enviaram](#) 186 910 pedidos de transferência da responsabilidade pela análise de um pedido de asilo e executaram efetivamente 16 869 transferências para outros países da UE. As estatísticas de Dublin fornecem informações sobre o funcionamento do sistema de Dublin, que estabelece qual o país da UE responsável pela análise de um pedido de asilo. Durante o mesmo período, foram registados 163 415 pedidos recebidos e 14 414 transferências recebidas de outros países da UE.

O maior número de pedidos saídos através do procedimento de Dublin foi enviado pela Alemanha (74 620) e pela França (48 724), representando 40 % e 26 % do número total de pedidos saídos registados em 2023. Seguiram-se a Bélgica (14 079), a Áustria (13 558) e os Países Baixos (9 955). Estes cinco países da UE enviaram 86 % de todos os pedidos de saída registados em 2023.

Os maiores números de transferências efetuadas foram igualmente comunicados pela Alemanha (5 049) e pela França (2 739), seguidos pelos Países Baixos (1 807), Chipre (1 539), Bélgica (1 241) e Áustria (1 240). Uma análise mais aprofundada dos dados revela que, embora alguns países registem um elevado número de transferências de saída, as suas taxas de transferência (calculadas como o rácio entre as transferências de saída efetivas e os pedidos de saída) não são tão elevadas, porque o número de pedidos de saída é muito mais elevado. Por exemplo, nos 6 países da UE mencionados anteriormente, a taxa de transferência mais elevada foi registada em Chipre, com 74% (1 539 transferências de saída para 2 067 pedidos de saída), enquanto a Alemanha e a França registaram taxas muito mais baixas, de 7% e 6%, respetivamente. A Itália recebeu o maior número de pedidos recebidos em 2023 (42 468), seguida da Bulgária (18 145), da Áustria (17 476) e da Alemanha (15 567). Estes quatro países da UE receberam 57 % de todos os pedidos recebidos em 2023. De longe, o maior número de transferências recebidas foi comunicado pela Alemanha (4 269 ou 30% do total) e pela Áustria (2 166; 15%), enquanto a França (1 682; 12%) e os Países Baixos (1 034; 7%) também registaram mais de 1 000 transferências recebidas.



Investigação e inovação científica, ciência

Canadá adere ao programa Horizonte Europa

O Canadá [está](#) a aderir ao grupo crescente de países terceiros que se associaram ao programa de investigação e inovação da UE, o Horizonte Europa, e trabalhará em conjunto em projetos de grande escala que abordem os nossos maiores desafios. O Canadá associa-se ao Pilar II do Horizonte Europa, que financia projetos de investigação em colaboração numa vasta gama de domínios. As entidades canadianas podem agora aderir e liderar consórcios de investigação com algumas das melhores organizações de investigação do mundo para enfrentar em conjunto os desafios globais. Terão a oportunidade de ser financiados diretamente pelo programa, ao passo que o Canadá contribuirá para o seu orçamento.

Enquanto se aguardava a assinatura, tinha sido instituído um regime transitório para as entidades canadianas. Isto significa que foram capazes de se candidatar e ser avaliados como potenciais beneficiários nas propostas do Horizonte Europa para todos os convites à apresentação de propostas de execução do Pilar II já a partir do orçamento de 2024.

O [Horizonte Europa](#) é o principal programa de financiamento da UE para a investigação e a inovação, com um orçamento de 93,5 mil milhões de EUR para 2021-27. Aborda as alterações climáticas, contribui para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e promove a competitividade e o crescimento da UE. O pilar II é a maior parte colaborativa do programa, com um orçamento de 52,4 mil milhões de euros centrado em desafios globais comuns: clima, energia, economia digital e saúde. Os outros pilares do Horizonte Europa, incluindo a Excelência Científica e a Europa Inovadora, continuam abertos às organizações e investigadores canadianos. É também o caso das [Ações Marie Skłodowska-Curie](#) (MSCA), o programa de referência da UE para o ensino de doutoramento, a formação pós-doutoramento e a investigação colaborativa, que representa metade dos atuais projetos entre a UE e o Canadá no âmbito do Horizonte Europa.



Instituições & União Europeia

Hungria assume a Presidência do Conselho

A Hungria [vai exercer](#) a Presidência do Conselho da UE de 1 de julho a 31 de dezembro de 2024. O [programa](#) da Presidência húngara está estruturado em torno de sete prioridades, incluindo a melhoria da competitividade da UE e o reforço da política de defesa da UE. É a segunda vez que a Hungria exerce a Presidência do Conselho.



Mar e Pescas

Manifesto para a criação de um “Pacto Europeu Para o Oceano”

O [Manifesto para um Pacto Europeu para o Oceano](#) propõe uma iniciativa destinada a catalisar uma abordagem diferenciada da governação dos oceanos e do desenvolvimento económico sustentável na União Europeia. Enquanto esforço de colaboração, iniciado pela Fundação *Europa de Jacques Delors* e pela Fundação Oceano Azul, este manifesto procura impulsionar uma agenda abrangente que reconheça a ligação intrínseca entre o bem-estar das nossas sociedades, a competitividade das nossas economias e a saúde dos

nossos oceanos e águas. Um grupo de intervenientes de alto nível, com profundo conhecimento e experiência do oceano e da União Europeia (UE), alimentou o seu conteúdo e impulsionou um forte compromisso com o oceano na próxima legislatura europeia.



Mobilidade

Comissão aprova regime de auxílios estatais português no valor de 45 milhões de euros para incentivar o transporte de mercadorias a passar da estrada para o caminho de ferro

A Comissão Europeia aprovou, ao abrigo das regras comunitárias em matéria de auxílios estatais, um regime português de auxílios no valor de 45 milhões de euros destinado a incentivar a transferência do transporte de mercadorias da estrada para o caminho de ferro. O objetivo do regime é promover a transferência modal do transporte de mercadorias para o caminho de ferro, que é um modo de transporte mais ecológico, e está em conformidade com os objetivos da Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente da Comissão e do Pacto Ecológico Europeu.

No âmbito do regime, o auxílio assumirá a forma de subvenções diretas. O regime está aberto às empresas ferroviárias autorizadas pela Agência Portuguesa da Mobilidade e dos Transportes a prestar serviços de transporte ferroviário de mercadorias na infraestrutura ferroviária pública existente em Portugal. O nível de apoio reflete os custos externos (ou seja, os custos ambientais, como as emissões de CO₂ e a poluição atmosférica, bem como os custos socioeconómicos, como o congestionamento, os acidentes e a poluição sonora) que o transporte ferroviário permite evitar em comparação com o transporte rodoviário de mercadorias. O orçamento anual máximo ascende a 9 milhões de euros, com um orçamento global de 45 milhões de euros durante os cinco anos de duração do regime. O regime vigorará até 2029. A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número de processo SA.107166 no [registo dos auxílios estatais](#) no sítio *Web* da Comissão dedicado à concorrência, uma vez resolvidas as questões de confidencialidade.



Saúde

Sistemas obrigatórios de assistência ao condutor deverão ajudar a salvar mais de 25 mil vidas até 2038

A partir de 7 de julho de 2024, passam a aplicar-se novas regras em matéria de segurança geral dos veículos a todos os veículos a motor novos vendidos na UE. As regras, que já se aplicam a novos tipos de veículos desde julho de 2022, melhoram a segurança rodoviária através da introdução de uma gama de sistemas avançados de assistência ao condutor para todos os veículos novos. Desde 2022, quando o Regulamento Geral de Segurança começou a aplicar-se a novos tipos de veículos, as novas medidas de segurança estão a ajudar a proteger melhor os passageiros, os peões e os ciclistas em toda a UE. Espera-se que ajudem a salvar mais de 25 mil vidas e a prevenir pelo menos 140 mil ferimentos graves até 2038.

Todos os novos veículos a motor, incluindo automóveis, carrinhas, camiões e autocarros, devem agora incorporar soluções inteligentes de adaptação da velocidade, câmaras ou sensores para deteção de marcha-atrás, avisos de atenção em caso de sonolência do condutor e sinais de paragem de emergência. Além disso, os automóveis e as carrinhas terão agora de ser equipados com sistemas de manutenção na faixa de rodagem e de travagem automática, bem como com gravadores de dados de eventos. Para evitar colisões entre autocarros e camiões e peões ou ciclistas, estes veículos necessitam agora de tecnologias que permitam reconhecer melhor eventuais ângulos mortos e incorporar sistemas de alerta, bem como sistemas específicos de controlo da pressão dos pneus. A ficha de informação está disponível [aqui](#).



Tecnologia e Informática

Conclusões preliminares sobre o modelo "pagar ou consentir" da Meta

A Comissão Europeia [informou](#) a *Meta* de que o seu modelo de publicidade "pagar ou consentir" não está em conformidade com a Lei dos Mercados Digitais (DMA). Na opinião preliminar da Comissão, esta escolha binária obriga os utilizadores a consentir na combinação dos seus dados pessoais e não lhes fornece uma versão menos personalizada, mas equivalente das redes sociais da *Meta*. As plataformas em linha recolhem frequentemente dados pessoais através dos seus próprios serviços e de serviços de terceiros para fornecer serviços de publicidade em linha. Devido à sua posição significativa nos mercados digitais, os controladores de acesso têm conseguido impor condições de serviço à sua vasta base de utilizadores, o que lhes permite recolher grandes quantidades de dados pessoais. Este facto deu-lhes vantagens potenciais em comparação com os concorrentes que não têm acesso a uma tão grande quantidade de dados, levantando assim barreiras elevadas à prestação de serviços de publicidade em linha e de serviços de redes sociais.

Nos termos do artigo 5.º, n.º 2, da DMA, os controladores de acesso devem obter o consentimento dos utilizadores para combinarem os seus dados pessoais entre os serviços da plataforma principal designada e outros serviços e, se um utilizador recusar esse

consentimento, deve ter acesso a uma alternativa menos personalizada, mas equivalente. Os controladores de acesso não podem condicionar a utilização do serviço ou de determinadas funcionalidades ao consentimento dos utilizadores.

Segundo relatório sobre o estado da Década Digital apela a uma ação coletiva reforçada para impulsionar a transformação digital da UE

A Comissão Europeia [publicou](#) o [segundo relatório sobre o estado da Década Digital](#), que apresenta uma panorâmica abrangente dos progressos realizados na tentativa de alcançar os objetivos e metas digitais estabelecidos para 2030 [pelo Programa Década Digital](#). Este ano, pela primeira vez, o relatório é acompanhado de uma análise dos [roteiros estratégicos nacionais para a Década Digital](#) apresentados pelos Estados-Membros, especificando as medidas, as ações e o financiamento nacionais previstos para contribuir para a transformação digital da UE.

A análise da Comissão mostra que, no cenário atual, os esforços coletivos dos Estados-Membros ficarão aquém do nível de ambição da UE. As lacunas identificadas incluem a necessidade de investimentos adicionais, tanto a nível da UE como a nível nacional, em especial nos domínios das **competências digitais, da conectividade de elevada qualidade, da adoção da inteligência artificial (IA) e da análise de dados pelas empresas, da produção de semicondutores e dos ecossistemas de empresas em fase de arranque.**

Tanto a UE como os Estados-Membros têm um papel importante a desempenhar na aplicação do novo quadro jurídico, tomam medidas para promover a divulgação das tecnologias digitais e asseguram que os seus cidadãos dispõem de competências digitais adequadas para beneficiarem plenamente da transformação digital. É por esta razão que o relatório deste ano apela a **uma ação reforçada para** que os Estados-Membros sejam mais ambiciosos, uma vez que a consecução dos objetivos da Década Digital no domínio das **infraestruturas digitais, das empresas, das competências e dos serviços públicos** é fundamental para a **futura prosperidade económica e coesão social da UE**. Neste contexto, a Comissão atualizou igualmente as **recomendações específicas por país e transversais dirigidas a cada Estado-Membro da UE**, a fim de colmatar as lacunas identificadas.

Comissão vai investir mais de 210 milhões de euros em cibersegurança, capacidades digitais e tecnologias ao abrigo do programa Europa Digital

A Comissão Europeia [lançou](#) convites à apresentação de propostas no valor de mais de 210 milhões de euros ao abrigo do Programa Europa Digital, com vista a reforçar a cibersegurança e as capacidades digitais em toda a UE. No que respeita à cibersegurança, 35 milhões de euros serão consagrados a projetos destinados a proteger as grandes instalações industriais e as infraestruturas críticas. Serão investidos mais 12,8 milhões de euros para continuar a criar, apoiar e expandir os [centros de operações de cibersegurança](#) nacionais e transfronteiriços. 35 milhões de euros serão dedicados à implantação de tecnologias e ferramentas de ponta no domínio da cibersegurança. 20 milhões de euros serão utilizados para ajudar os Estados-Membros a aplicar a legislação da UE em matéria de cibersegurança e as estratégias nacionais de cibersegurança. O prazo para apresentação de candidaturas a todos os financiamentos relacionados com a cibersegurança termina em 21 de janeiro de 2025.

No que respeita à capacidade em matéria de competências digitais, serão investidos 55 milhões de euros em competências digitais avançadas, para a conceção e execução de programas de ensino superior em domínios fundamentais das tecnologias digitais. Para ajudar os Estados-Membros a atingir os [objetivos da década digital](#), serão investidos 25 milhões de euros em atividades destinadas a facilitar a implantação de vários projetos multinacionais através de consórcios para uma infraestrutura digital europeia. Outros 20 milhões de euros serão afetados ao desenvolvimento dos gémeos digitais locais da Europa (versões digitais das comunidades locais).



Turismo

Estatísticas experimentais avaliam o impacto económico do turismo

O Eurostat [lançou](#) uma nova [página Web sobre as contas do turismo na Europa](#), no âmbito da sua seção de [estatísticas experimentais](#). Os dados divulgados no âmbito das novas estatísticas experimentais apresentam indicadores que ajudam a avaliar a contribuição económica do setor do turismo, complementando a informação recolhida sobre o setor do alojamento e as famílias, que se centra nos fluxos de visitantes nos países e entre eles.

As Contas Satélites do Turismo (CST) compilam dados económicos do setor do turismo, como o valor acrescentado bruto e os empregos criados pelas indústrias do turismo nas economias europeias. Isto ajuda os utilizadores a compreender a dimensão macroeconómica do turismo e o seu impacto na economia e no mercado de trabalho. O termo "contas satélite" foi introduzido porque as CST se baseiam nos conceitos do [sistema de contas nacionais](#) para identificar o setor do turismo e quantificar a sua importância macroeconómica.

O quadro comum das CST foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela Organização Mundial do Turismo (OMT), pelo Eurostat e pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE). A sua aplicação e o seu nível de maturidade diferem muito na Europa, enquanto alguns países publicam regularmente a TSA como um produto estatístico oficial, noutros países a CST ainda está em desenvolvimento. Por conseguinte, o agregado a nível europeu é apresentado a título experimental.

Mais no Parlamento Europeu:

Calendário para 2024 e 2025.



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Açores



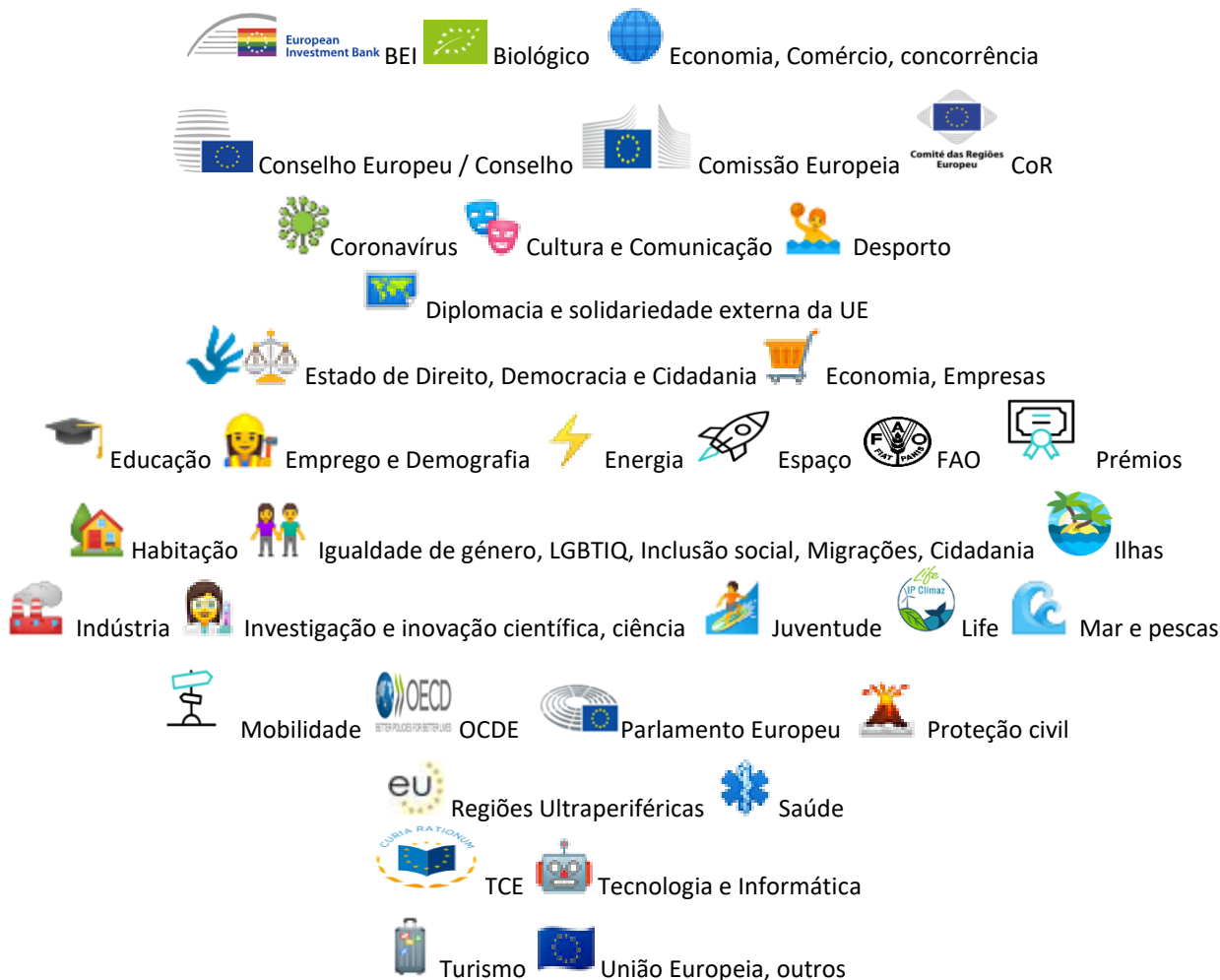
Agricultura, Alimentação e Ruralidade



Ambiente



Coesão e solidariedade interna da UE



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!